

BOLETIM

DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

Nº 01

2º TRIMESTRE DE 2020



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PUCRS



**Red
ODSAL**
Red de Observatorios de la Ciudad
Social en América Latina desde sus
Universidades Católicas

SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes.

Boletim Desigualdade nas Metr p les. Porto Alegre/RS, n. 01, 2020

Disponível em <<https://www.observatoriodas-metropoles.net.br/>>

*As manifesta es expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posi o das institui es envolvidas no projeto.

FICHA TÉCNICA

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Andre Ricardo Salata

Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metr p les

Pesquisador da Rede de Observatórios da D vida Social na América Latina (RedODSAL)

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Pesquisador do Núcleo RJ (coordena o nacional) do Observatório das Metr p les

MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA

Paula Guedes Martins Ferreira

Pesquisadora bolsista do Núcleo RJ do Observatório das Metr p les

INSTITUI ES ENVOLVIDAS

Observatório das Metr p les (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Rede de Observatórios da D vida Social na América Latina (RedODSAL)

FOMENTO

Funda o PORTICUS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICA O E MARKETING)

PUCRS (ASCOM)

imprensa@pucrs.br / ascom@pucrs.br

(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunica o Observatório das Metr p les

comunicacao@observatoriodasmetropoles.net

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

1

Houve um aumento significativo e generalizado das desigualdades relativas aos rendimentos do trabalho no interior das metrópoles no último trimestre. A média do coeficiente de Gini para o conjunto das RMs era de 0.610 no 1º trimestre de 2020, e no 2º trimestre de 2020 chegou em 0.640;

2

Em geral, todos os estratos de rendimento apresentaram queda de sua renda do trabalho no último trimestre, mas essa queda foi proporcionalmente maior entre os 40% mais pobres. O conjunto dos 10% do topo de cada região metropolitana teve redução de -3.2% em seus rendimentos; para os 40% mais pobres essa redução foi de -32.1%;

3

Em geral houve um aumento da distância entre o topo e a base da pirâmide no interior das metrópoles ao longo dos últimos anos, com aceleração desse crescimento no último trimestre. A razão entre a renda do trabalho no topo (10% superiores) e na base (40% inferiores) vem crescendo de forma permanente desde 2015; e, em 2020, assim como para os outros indicadores de desigualdade, houve um crescimento ainda maior. No 3º trimestre de 2015 essa razão era, em média, de 22.5, subindo para 30.2 no 1º trimestre de 2020, e chegando a 32.6 no último trimestre.

4

Identificamos um substantivo aumento do percentual de vulnerabilidade relativa (pessoas cuja renda domiciliar do trabalho não chega à metade do perfil mediano) no interior das metrópoles no período mais recente. No 1º trimestre de 2020 tínhamos 23.5 milhões de pessoas nesta situação, correspondendo a 28.4% da população. E no último trimestre chegávamos a 25.8 milhões de pessoas, ou 31.3% da população metropolitana;

5

A desigualdade racial tem se mantido em nível elevado no interior das metrópoles. No geral, o que verificamos é uma tendência de manutenção dos rendimentos relativos dos negros, em relação ao dos brancos, no interior das metrópoles. Na média das RMs, no 2º trimestre de 2020, os negros apresentam um rendimento domiciliar médio correspondente a somente 57.4% do rendimento dos brancos.

01 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como recentemente reconhecido por instituições como o FMI¹ e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade

do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vive em alguma das regiões metropolitanas do país². E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso demográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as regiões metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável de seus habitantes. Como elemento constituinte e basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes

1 Fundo Monetário Internacional.

2 Ver notas metodológicas

desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O Boletim – Desigualdade nas Metrôpoles tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das regiões metropolitanas do país. E, como fim último desta publicação, esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial de sua divulgação trimestral. À cada trimestre, então, os dados serão atualizados e divulgados em novos boletins. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo³.

Em cada um dos boletins trimestrais, além das informações básicas, incluiremos blocos complementares sobre: desigualdade e escolaridade

(1º trimestres), desigualdades raciais (2º trimestre), desigualdades de gênero (3º trimestre) e desigualdade de oportunidades (4º trimestre). Excepcionalmente, no entanto, dada essa possibilidade no momento, na próxima edição (n. 02) faremos uso da PNAD-COVID19, a partir da qual poderemos considerar também outros tipos de rendimento.

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: Observatório das Metrôpoles⁴, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em nossos boletins, e com o intuito de atingir um público mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

3 Ver notas metodológicas

4 Rede de pesquisa vinculada ao Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

NOTAS METODOLÓGICAS

1

A fim de manter a comparabilidade com a série histórica da PNAD tradicional, e também com o intuito de garantir uma maior estabilidade da medida, trabalhamos com os rendimentos habituais do trabalho, e não os efetivos. Ao utilizar a divulgação trimestral da PNADc, que nos garante uma menor defasagem dos dados, temos acesso apenas aos rendimentos do trabalho (formal e/ou informal), não incluindo, portanto, os rendimentos de outras fontes – estes presentes na divulgação anual. Para o cálculo das estatísticas de desigualdade, damos preferência ao uso da renda domiciliar per capita do trabalho.

2

Por estarmos trabalhando somente com os rendimentos do trabalho, é preciso muita cautela na interpretação dos dados. Apesar de a renda do trabalho corresponder a mais de 70% dos rendimentos totais, seu peso relativo não é homogêneo entre os diferentes estratos. Por essa razão, a desigualdade calculada somente a partir desta fonte de rendimentos tende a ser maior do que a desigualdade calculada por meio dos rendimentos totais. Também por isso, a própria evolução das desigualdades é diferente quando consideramos os demais tipos de rendimento. Conforme algumas análises recentes já demonstraram para o conjunto do país, os rendimentos de outras fontes – que atualmente incluem o Auxílio Emergencial, por exemplo – têm sido capazes de compensar o aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho. Portanto, é muito importante frisar que os dados aqui apresentados mostram qual o nível e evolução das desigualdades resultantes da dinâmica do mercado de trabalho. Na próxima edição deste boletim, no entanto, trabalharemos excepcionalmente com os dados da PNAD COVID19, o que nos permitirá considerar também os demais rendimentos.

3

Trabalhamos com todas as regiões metropolitanas para as quais temos dados representativos nas PNADs contínuas, produzidas pelo IBGE. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como regiões metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as regiões metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento das PNADs contínuas, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

02 COEFICIENTE DE GINI

O Coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda; e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Nas figuras 1 e 2 estão expostos os gráficos da evolução da média do coeficiente de Gini para o conjunto das regiões metropolitanas⁵, estando na figura 2 expostas as médias móveis de quatro trimestres – o que permite observar melhor as tendências de longo prazo. O que se pode perceber nos gráficos é que o coeficiente de Gini se mantém relativamente estável entre o início da série, em 2012, até 2015, a partir de quando existe um aumento que perdura até 2019 e é seguido por uma nova tendência de estabilização. Entre o terceiro trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2019 a média móvel sobe por 15 trimestres seguidos, saltando de 0.575 até 0.611 – um aumento de 6.2%.

Mais recentemente, entre o quarto trimestre de

2019 e o segundo trimestre de 2020, se percebe um grande aumento da desigualdade de renda, o que provavelmente se relaciona com a crise econômica do período, agravada pelas consequências da pandemia da COVID-19. A média do coeficiente de Gini para o conjunto das RMs era de 0.603 no 4º trimestre de 2019, 0.610 no 1º trimestre de 2020 e 0.640 no 2º trimestre de 2020. Ou seja, há um aumento de 6.1% no espaço de apenas dois trimestres.

Na figura 3 está exposta a evolução da média móvel do coeficiente de Gini para cada uma das regiões metropolitanas, agrupadas pelas regiões geográficas Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste⁶. O objetivo deste conjunto de gráficos é expressar a tendência da evolução das desigualdades internas a cada uma das RMs ao longo dos últimos anos.

Considerando os gráficos de uma forma geral, se percebe que na maior parte das regiões geográficas as regiões metropolitanas apresentam níveis de desigualdade de renda próximos, indicando uma convergência regional neste aspecto. A exceção é o Distrito Federal, que apresenta um perfil do coeficiente de Gini bem maior do que o restante das regiões metropolitanas do

5 Ou seja, primeiro calculamos o coeficiente de Gini para cada uma das RMs, em cada um dos trimestres/ano. Posteriormente, calculamos a média dos coeficientes em cada um dos trimestres/ano.

6 Em função do grande número de metrópoles no Nordeste, e a fim de facilitar a visualização dos dados, decidimos por separá-los em dois gráficos distintos.

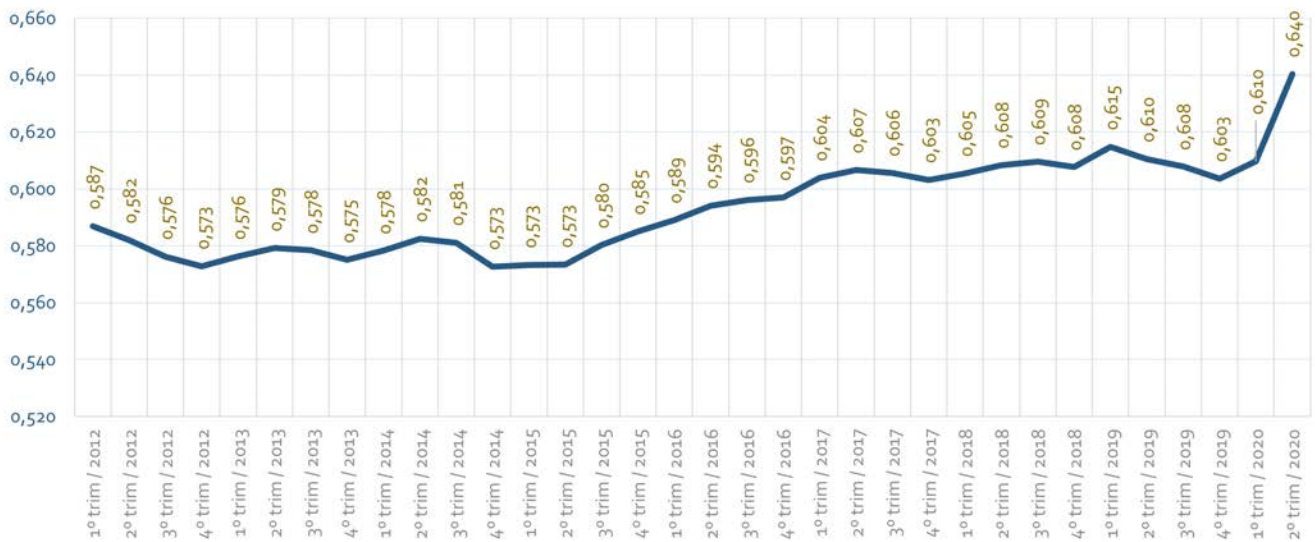


FIGURA 1: Evolução da média do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

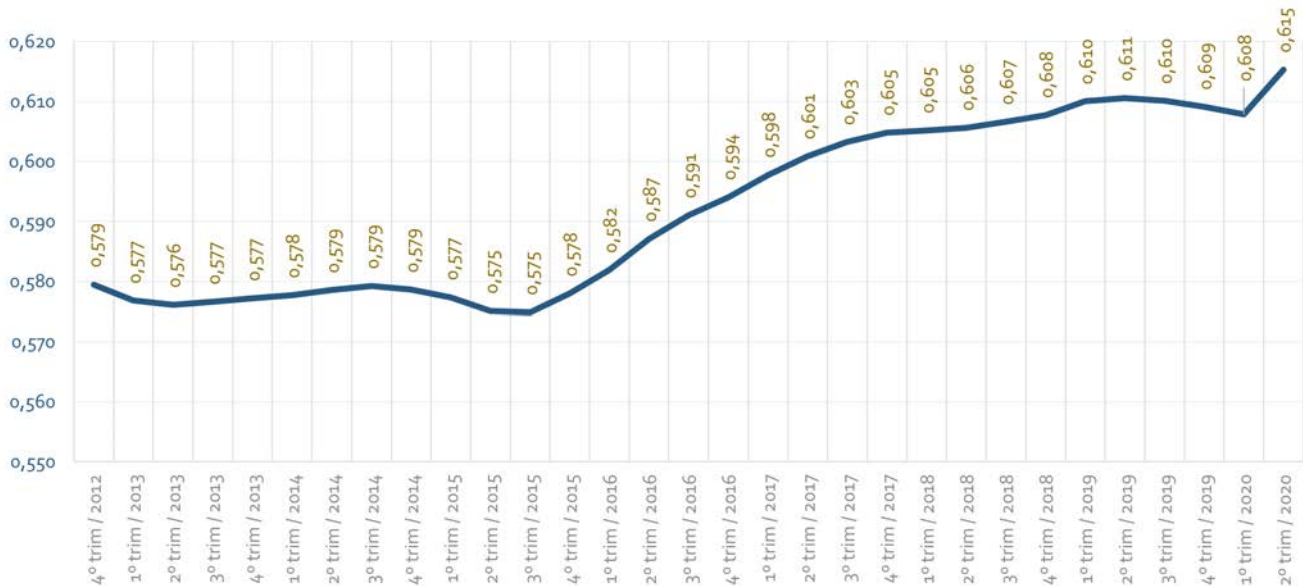


FIGURA 2: Evolução da média do coeficiente de Gini* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

Centro-Oeste.

Além disso, comparando as regiões geográficas se nota maior desigualdade de renda na região nordeste e valores inferiores para região sul e para região centro-oeste, com exceção do Distrito Federal. Outro aspecto geral é que a evolução do coeficiente de Gini por região metropolitana torna também evidente os efeitos recentes da pandemia sobre as desigualdades.

Olhando para cada uma das regiões geográficas, temos que na região Norte a metrópole com maiores níveis de desigualdade era a RM de Manaus até 2018, quando foi superada pela RM de Belém. O crescimento das desigualdades no interior da RM de Belém é elevado, saltando de 0.533 para 0.631 entre o 4º trimestre de 2015 e o 2º trimestre de 2019.

Já para a região Nordeste I, que agrupa as RMs de Teresina, Fortaleza, Natal e João Pessoa, o perfil é de um crescimento suave, mas constante, da desigualdade de renda no período analisado. A RM de João Pessoa tem o maior coeficiente em todo o período, enquanto as outras três RMs têm coeficientes semelhantes e que se intercalam.

A região Nordeste II, composta pelas RMs de Recife, Maceió, Aracaju e Salvador, tem um perfil bastante estável e elevado da desigualdade de renda, quando em comparação com as outras regiões geográficas. No início da série se percebe uma distância maior entre os coeficientes das RMs Recife e Maceió, mas ao final

todas as quatro regiões metropolitanas têm coeficientes de Gini muito semelhantes.

De modo geral, as RMs do Nordeste se caracterizam por um grau constantemente mais elevado de desigualdades, e com tendência clara de aumento em Natal, João Pessoa, Maceió e, mais recentemente, Fortaleza.

Na região Sudeste se nota uma elevação da desigualdade de renda no período, puxada principalmente pelo aumento das desigualdades nas RMs do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso faz com que essas duas regiões metropolitanas se destaquem das RMs de Belo Horizonte e Grande Vitória nos últimos anos.

No caso do Rio de Janeiro, a tendência de elevação da média móvel do Gini começa no 4º trimestre de 2015 - quando a mesma era de 0.586 - e sobe de modo praticamente ininterrupto até o 2º trimestre de 2020 - quando chega a 0.649. Já para São Paulo, a tendência de subida se inicia no 4º trimestre de 2013 - quando a média móvel era de 0.574 -, chegando até o valor de 0.636 no 2º trimestre de 2020, com algumas interrupções desta tendência ao longo do caminho.

A região Sul apresenta os menores níveis de desigualdade entre as regiões geográficas, de modo que a série histórica se mantém abaixo de 0.6 para as três regiões metropolitanas em quase todo período analisado. A relação entre as três regiões metropolitanas não se altera no período, com a RM de Porto Alegre

apresentando a maior desigualdade, seguida pela RM de Curitiba e pela RM de Florianópolis.

Curitiba é a região metropolitana que apresenta o maior crescimento da desigualdade nesta região, que salta de 0.519 até 0.576 entre o 1º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2018. Porto Alegre, por sua vez, apresenta uma tendência de alta desde o 4º trimestre de 2015, quando a média móvel do Gini era de 0.561, chegando até o valor de 0.604 no 2º trimestre de 2019.

Fechando as análises das regiões geográficas, temos a região Centro-Oeste, onde encontramos a maior disparidade interna, com a distância do perfil de desigualdade do Distrito Federal em relação às outras duas regiões metropolitanas. As RMs do Vale do Rio Cuiabá e de Goiânia apresentam índices mais baixos de desigualdade de renda, principalmente até 2016, quando a RM do Vale do Rio Cuiabá passa por um crescimento constante da desigualdade, chegando a valores próximos aos do Distrito Federal em 2020. No 3º trimestre de 2014 a média móvel do Gini era de 0.505 no Vale do Rio Cuiabá, e já no 4º trimestre de 2017 chegava a 0.561.

A fim de permitir uma comparação mais direta da desigualdade entre todas as regiões metropolitanas no momento atual, a figura 4 traz a média móvel do coeficiente de Gini para cada uma das RMs no 2º trimestre de 2020. Desse modo, podemos estabelecer uma classificação da região metropolitana

menos desigual até aquela onde verificamos a maior desigualdade atualmente.

De um modo geral as metrópoles podem ser caracterizadas por um elevado nível de desigualdades, já que a média do Gini fica em 0.615. No entanto, também não podemos deixar de observar uma considerável variação interna, onde algumas metrópoles, apesar de ainda muito desiguais, apresentam um coeficiente bem menor do que outras.

No 2º trimestre de 2020 a metrópole onde verificávamos a menor desigualdade média nos últimos quatro trimestres era Florianópolis, com uma média móvel do Gini de 0.546. Por outro lado, a metrópole com maior desigualdade era João Pessoa, com Gini de 0.686.

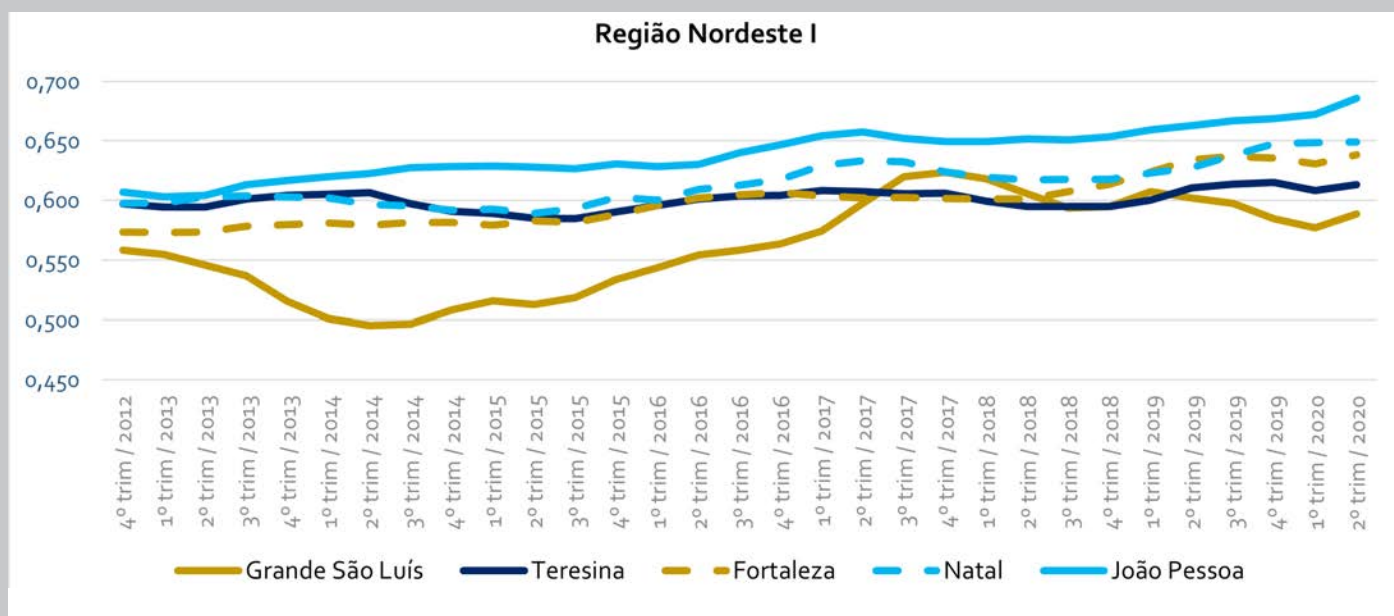
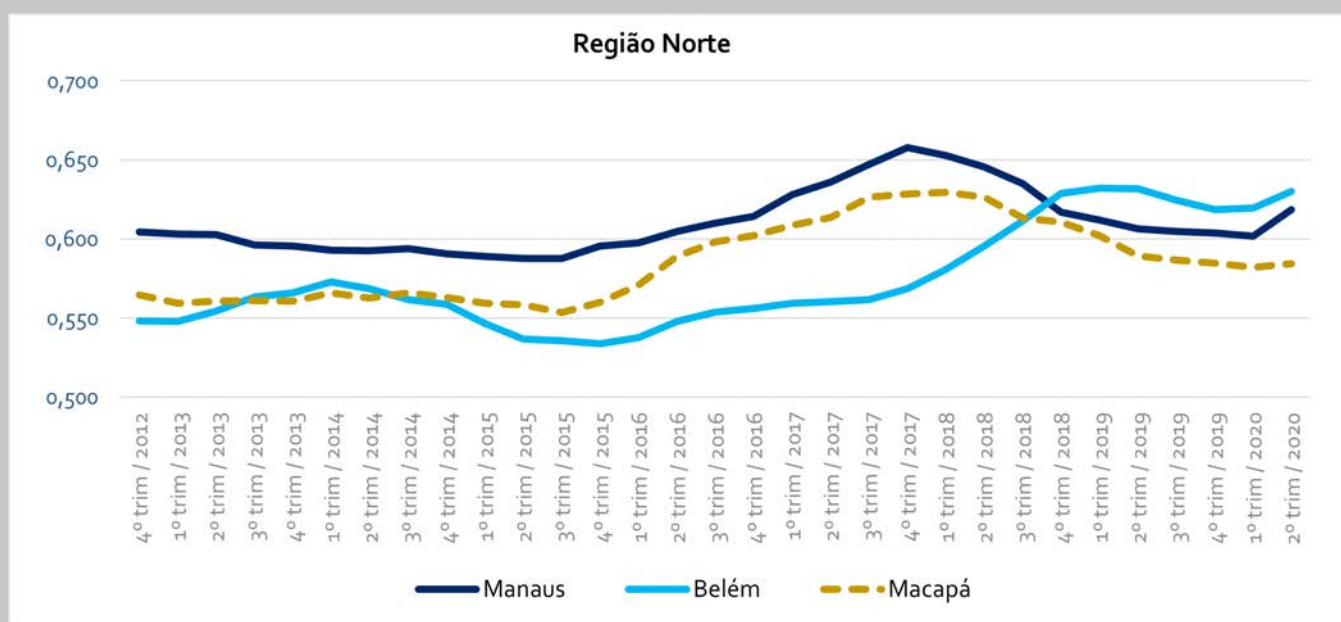
No conjunto das metrópoles mais desiguais, com Gini acima da média, temos: Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Natal, Maceió, Fortaleza, São Paulo, Aracaju, Belém e Manaus. Já entre as metrópoles menos desiguais, com Gini abaixo da média, constam: Goiânia, Curitiba, Macapá, Belo Horizonte, Vale do Rio Cuiabá, Grande São Luís, Grande Vitória, Distrito Federal, Porto Alegre e Teresina.

Na figura 5 estão expostos os coeficientes de Gini para o 2º trimestre de 2020 e para o 2º trimestre de 2019, em cada uma das Regiões Metropolitanas. Tais informações nos permitem verificar a variação das desigualdades de renda no último ano, comparando sua evolução recente entre as regiões metropolitanas

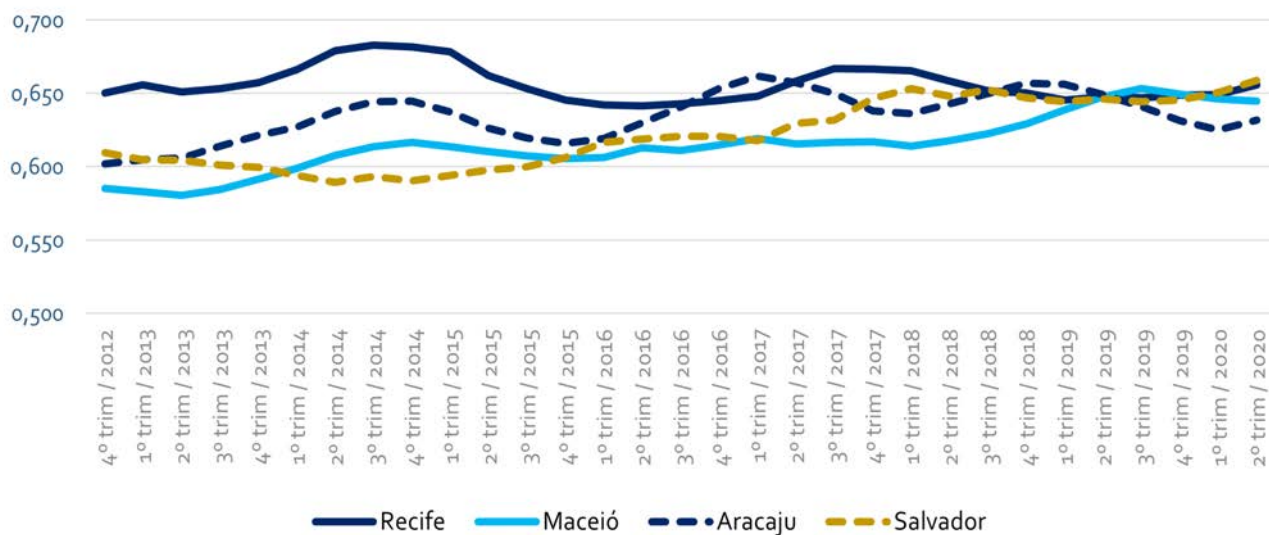
FIGURA 3: Evolução do coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas por Região Geográfica (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

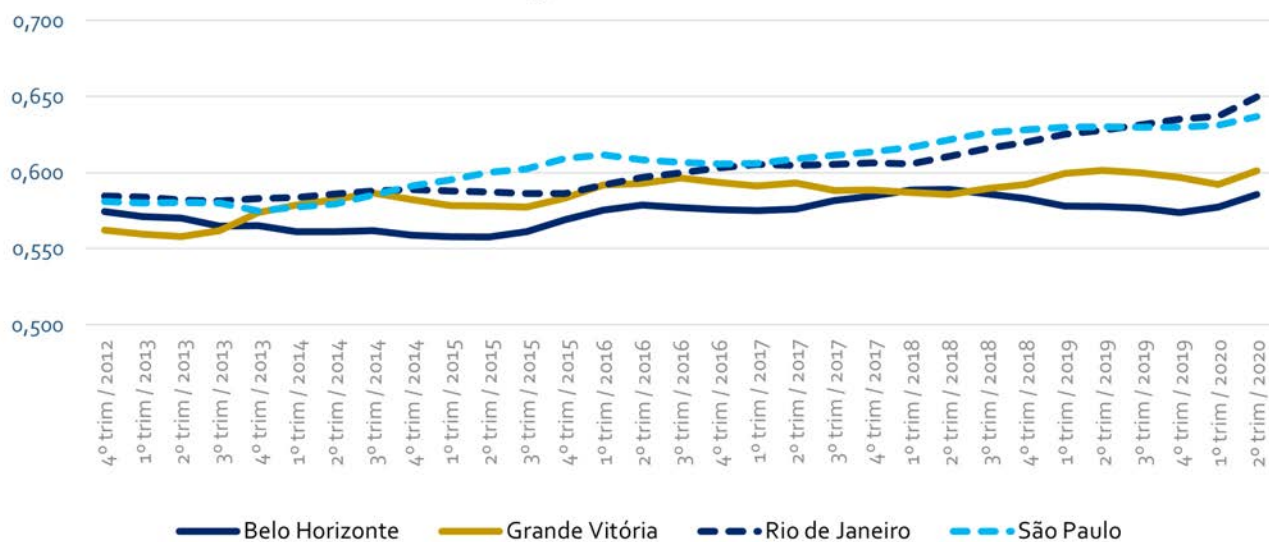
(* Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).



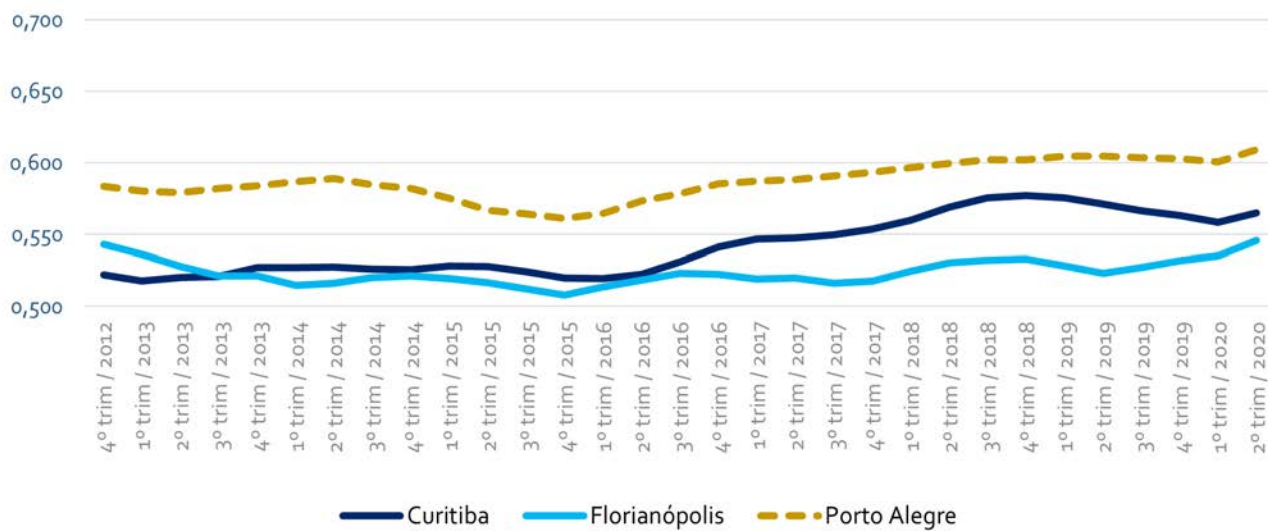
Região Nordeste II



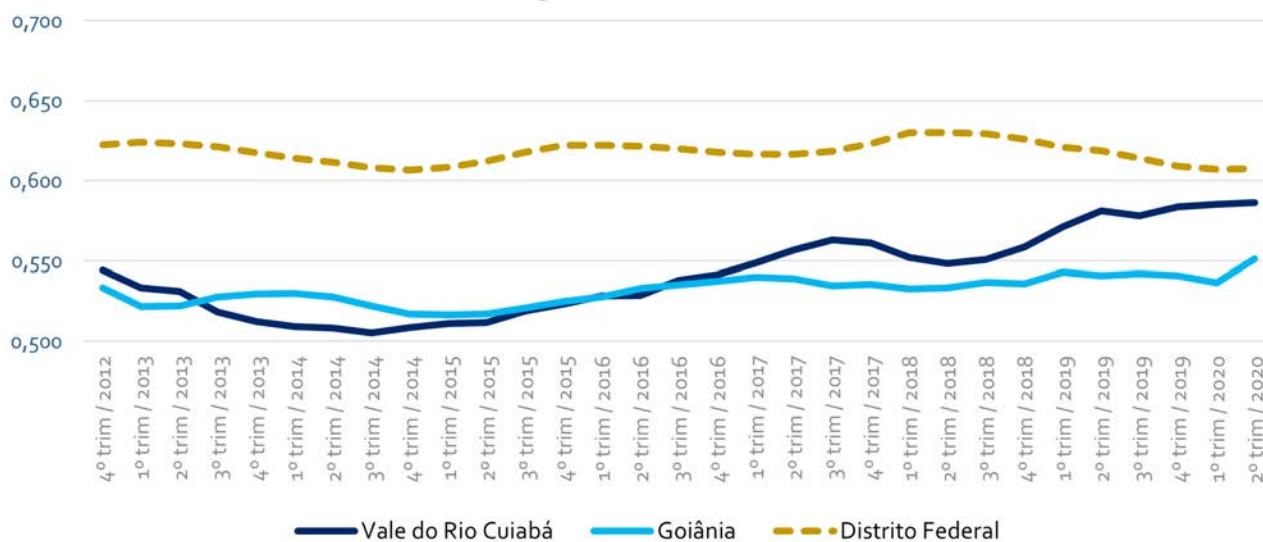
Região Sudeste



Região Sul



Região Centro-Oeste



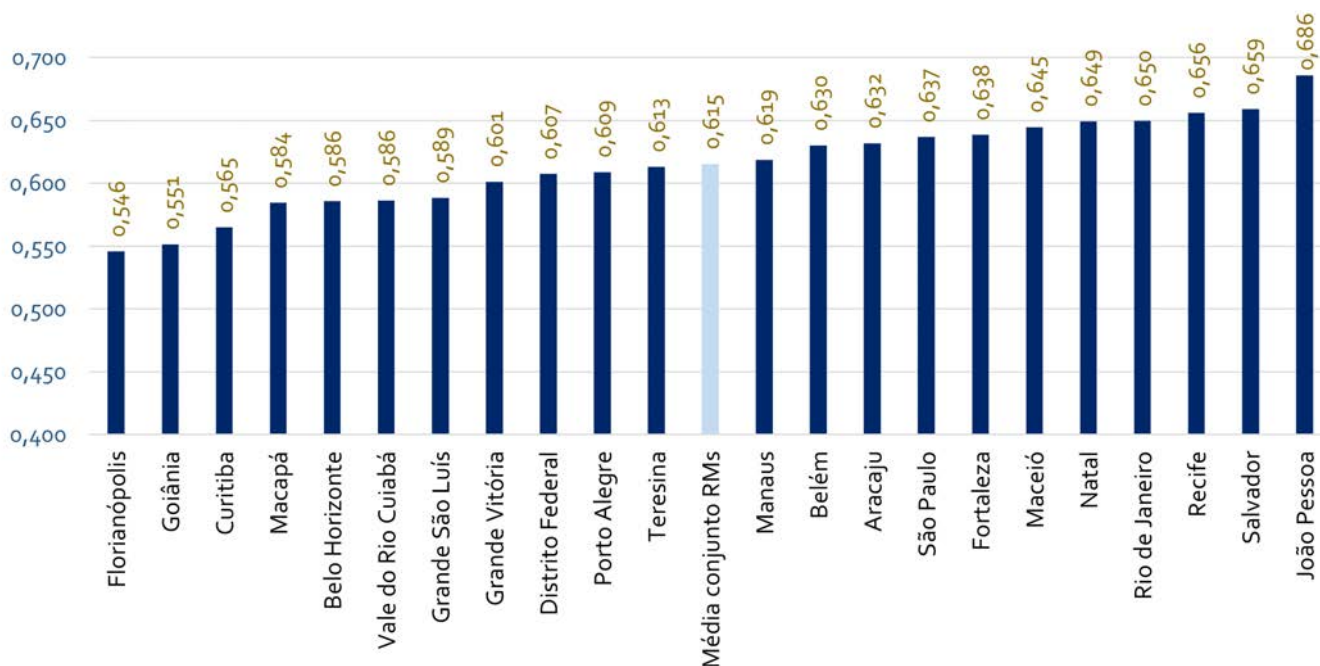


FIGURA 4: Média móvel (4 trimestres) do coeficiente de Gini* no 2º trimestre de 2020 - Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

de todo o país. O primeiro aspecto que se percebe é o aumento geral da desigualdade de renda em todas as regiões metropolitanas no último ano, com a única exceção sendo a RM de Maceió.

Em média, a variação do Gini no último ano, para o conjunto das metrópoles, foi de um aumento da ordem de 4,98%. Sem dúvida, o aumento das desigualdades em quase todas as RMs reflete a crise econômica causada pela pandemia. A RM onde verificamos o maior aumento proporcional do Gini no último ano foi Goiânia, onde o coeficiente aumentou de 0.535 para 0.595 – um aumento de 11,2%. Também chama atenção o elevado aumento nas RMs de Manaus (de 0.603 para 0.670), João Pessoa (de 0.668 para 0.722) e Rio de Janeiro (de 0.635 para 0.685).

De todo modo, o resultado geral é bastante preocupante, pois as RMs já apresentavam altíssimo grau de desigualdades antes do resultado da pandemia aparecer. E no último ano, então, aquele já elevado nível de desigualdades subiu para outro patamar, alcançando inclusive um valor acima de 0.7 na RM de João Pessoa – o que é bastante simbólico.

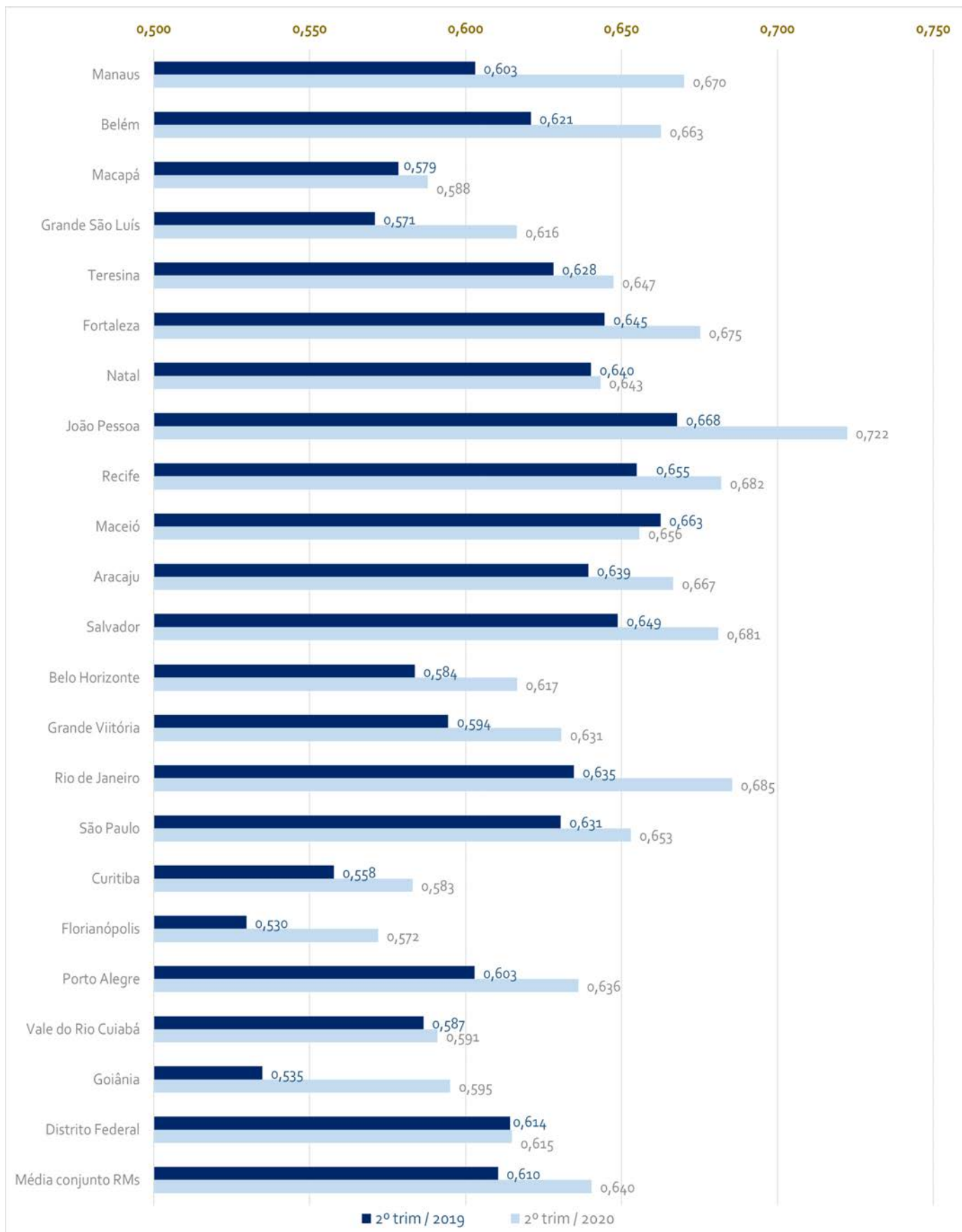


FIGURA 5: Coeficiente de Gini* do 2º trimestre de 2020 e do 2º trimestre de 2019 - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

03 ESTRATOS DE RENDIMENTO

Nesta seção são apresentados os estratos de rendimentos, avaliando a média e a variação recente dos rendimentos de três camadas: os 40% mais pobres, os 50% intermediários e os 10% com maiores rendimentos⁷. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato superior e inferior. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, apresentadas na seção anterior. Por resumir toda a desigualdade de uma distribuição em somente um único valor – o que é, em certo sentido, uma vantagem –, o Gini não nos permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período. Além disso, por ser mais sensível a mudanças no meio da distribuição, é indicado complementar as informações do Gini com as razões de renda entre os estratos superiores e inferiores.

Na figura 6 temos a média móvel de rendimentos para o conjunto das RMs. Vemos que o rendimento médio cresce entre 2012 e 2014, se reduz entre 2014 e 2017, e cresce novamente entre 2017 e 2019, sofrendo uma queda brusca em 2020. Essa queda recente, vista também na evolução do coeficiente de Gini, provavelmente se refere às consequências econômicas decorrentes da COVID-19. No 1º trimestre de 2020 o rendimento médio no conjunto das metrópoles era de R\$1.350,12, caindo para 1.253,51 no 2º trimestre do

mesmo ano. Com algumas variações, esse quadro geral é também encontrado no interior de cada uma das RMs.

Na figura 7 estão expostas as médias de rendimentos para os três estratos em cada uma das regiões metropolitanas no 2º trimestre de 2020. Chama atenção a grande disparidade de rendimentos entre o topo (10% mais ricos) e a base da pirâmide (40% mais pobres). Em média, os 10% mais ricos de cada metrópole têm renda de R\$6.306,60, enquanto os 40% mais pobres têm rendimentos médios (per capita do trabalho) de R\$150,13. Já os 50% intermediários de cada metrópole auferem, em média, R\$1.161,41.

Em algumas metrópoles a disparidade encontrada no último trimestre se destaca. É o caso, por exemplo, de São Paulo, onde o estrato superior apresenta rendimentos médios da ordem de R\$8.305,12, enquanto o estrato inferior tem média de 202,92. Ou então a RM do Rio de Janeiro, onde os 10% mais ricos auferem renda média de R\$7.032,01, enquanto os 40% mais pobres têm renda média de apenas R\$102,08.

Na figura 8, por sua vez, estão expostas as variações das médias de rendimento no último ano, comparando o 2º trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano passado. De acordo com a diminuição geral da média dos rendimentos registrada no período e exposta na figura 5, a maior parte dos estratos de renda das regiões metropolitanas sofreu perda de rendimentos no período. Em 9 das 22 regiões metropolitanas, no

⁷ Definidos a partir das informações de rendimento de cada uma das RMs, separadamente.

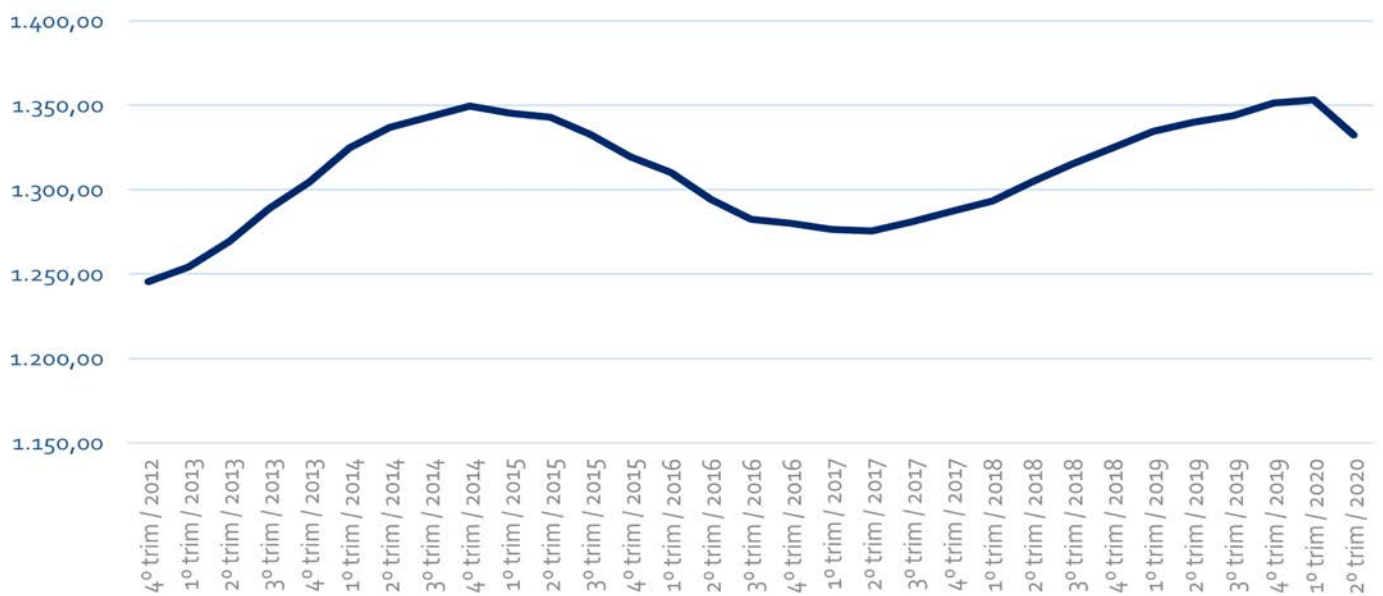


FIGURA 6: Evolução da média de rendimentos* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

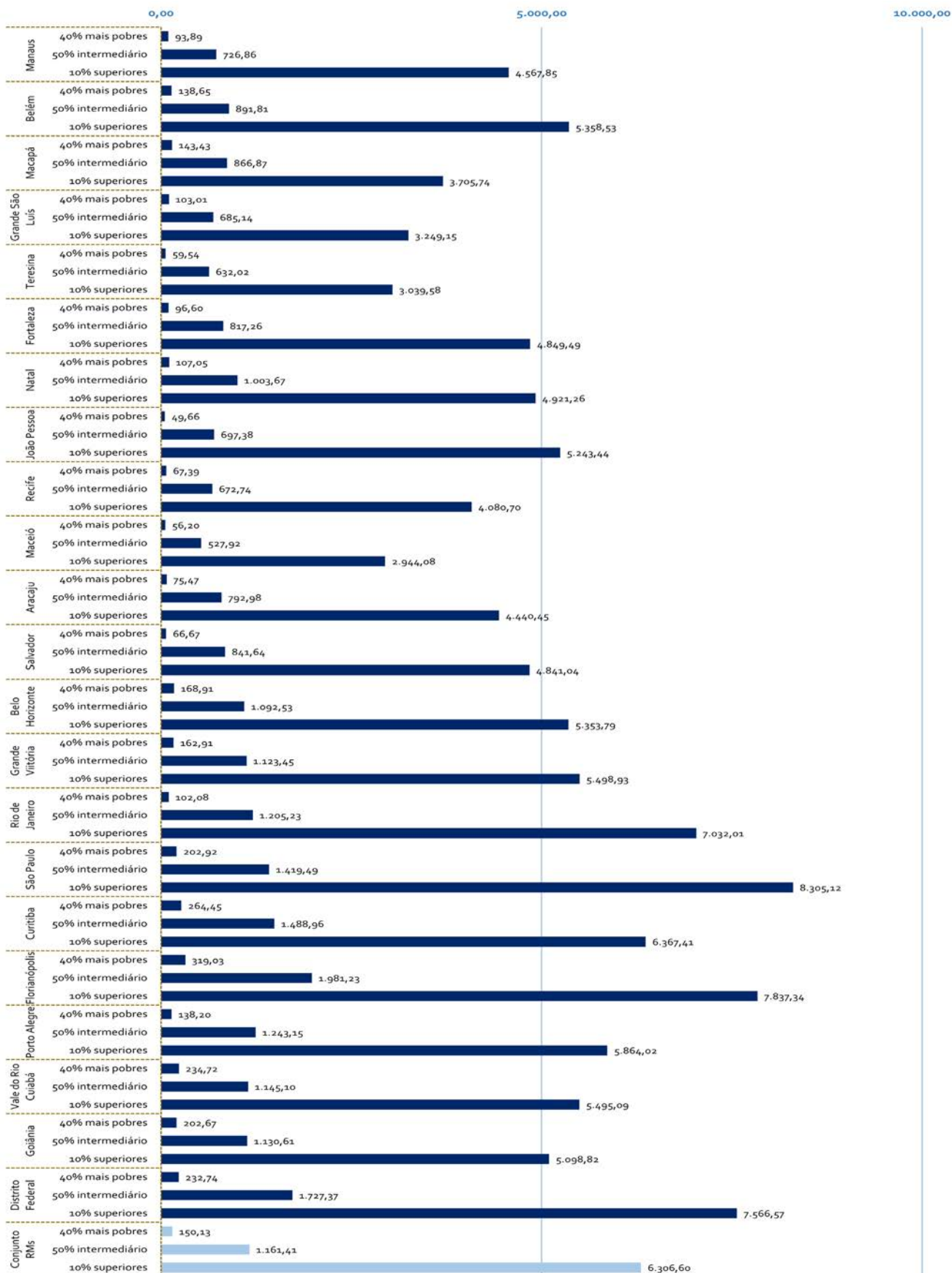


FIGURA 7: Média de rendimentos* no 2º Trimestre de 2020 por estratos de renda - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

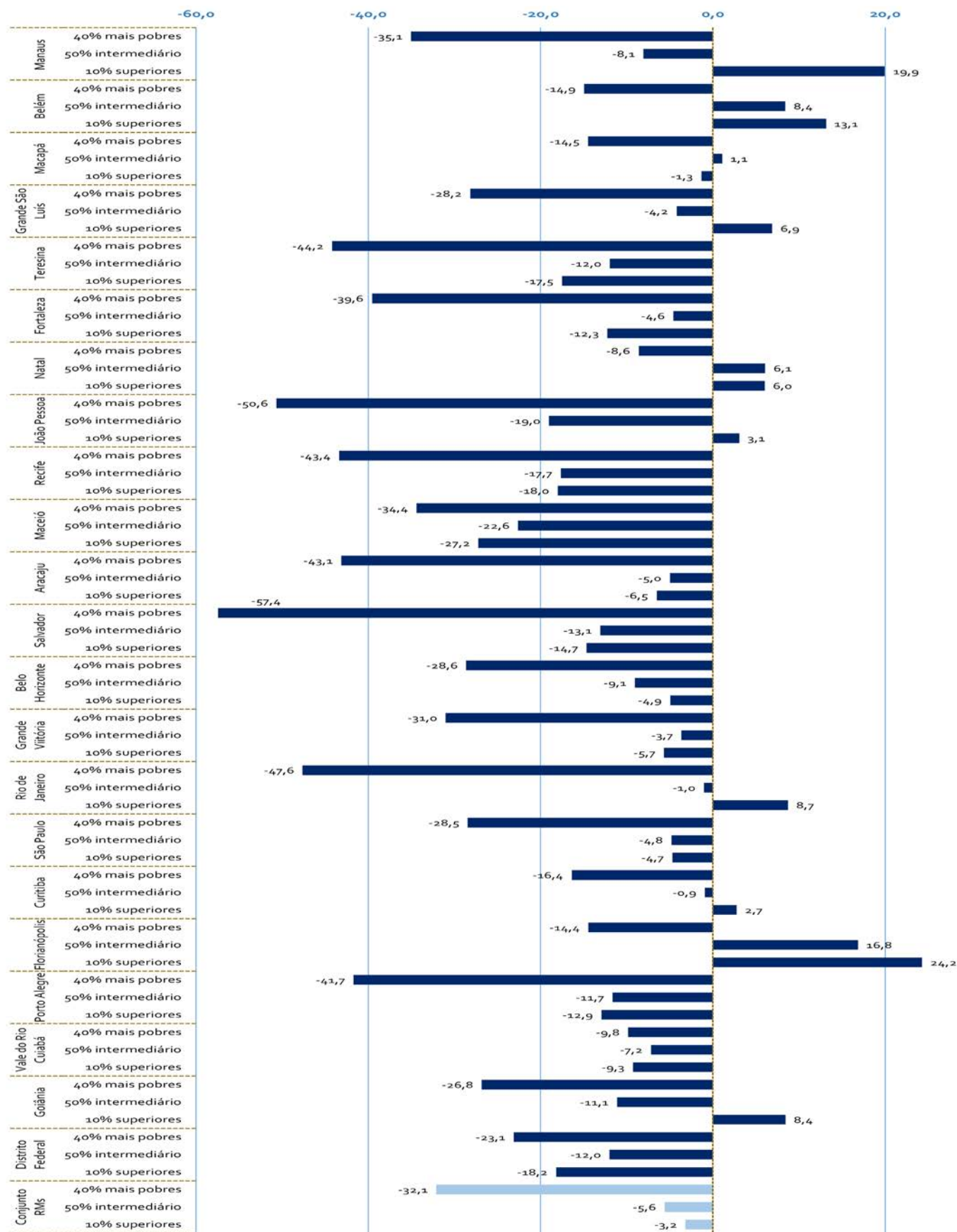


FIGURA 8: Variação de rendimentos* entre o 2º trimestre de 2020 e o 2º trimestre de 2019 por estratos de renda - Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

entanto, o estrato superior teve aumento no rendimento médio. Em ordem decrescente: as RMs de Florianópolis, Manaus, Belém, Rio de Janeiro, Goiânia, Grande São Luís, Natal, João Pessoa e Curitiba. Dessas, em apenas 3 houve crescimento da média para o estrato médio: as RMs de Florianópolis, Belém e Natal. Sendo que apenas na RM de Natal esse crescimento foi superior ao do estrato superior.

Em todas as regiões metropolitanas houve perda de rendimentos para o estrato mais pobre, sendo as maiores perdas nas RMs de Salvador (-57,4%), João Pessoa (-50,6%) e Rio de Janeiro (-47,6%). As menores perdas se verificaram nas RMs de Natal (-8,6%), Curitiba (-9,8%) e Florianópolis (-14,4%). Esses valores indicam que embora os rendimentos médios tenham caído de forma generalizada no país, o perfil de sua divisão por estrato indicou um aumento da desigualdade de renda, com perdas proporcionalmente maiores para os mais pobres e perdas inferiores para os grupos com maiores rendimentos.

A figura 9 apresenta a evolução média (para o conjunto das RMs) da razão entre a renda dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres – calculada a partir das médias móveis de quatro trimestres⁸. O que se percebe é que após um período de estabilidade, essa razão vem crescendo de forma permanente desde 2015, e que, em 2020, assim

como os outros indicadores de desigualdade, houve um crescimento ainda maior. No 3º trimestre de 2015 essa razão era, em média, de 22.5, subindo para 30.2 no 1º trimestre de 2020, e chegando a 32.6 no último trimestre. Ou seja, em geral houve um aumento da distância entre o topo e a base da pirâmide no interior das metrópoles ao longo dos últimos anos, com aceleração desse crescimento no último trimestre.

Na figura 10 temos o valor dessa razão para cada uma das regiões metropolitanas para o trimestre atual e os dois últimos, indicando a variação recente deste indicador. De uma forma geral, vemos que essa razão aumentou sucessivamente nos últimos três trimestres, de modo que somente no Distrito Federal e na RM de Maceió ela foi inferior no trimestre atual em relação ao quarto trimestre de 2019. As cinco regiões metropolitanas com as maiores razões de rendimentos no trimestre atual são, em ordem decrescente, as RMs de João Pessoa (58.4), Natal (47.1), Salvador (46.0), Maceió (45.9), Recife (43.2) e Rio de Janeiro (41.5). No lado oposto, as regiões metropolitanas em que a razão de rendimentos no trimestre atual é menor são, em ordem crescente, as RMs de Goiânia (18.3), Florianópolis (19.1), Curitiba (20.7), Vale do Rio Cuiabá (22.9) e Macapá (23.7).

8 A razão de renda é calculada ao se dividir (para cada RM, em cada trimestre/ano) a média de rendimentos do estrato superior pela média do estrato inferior.

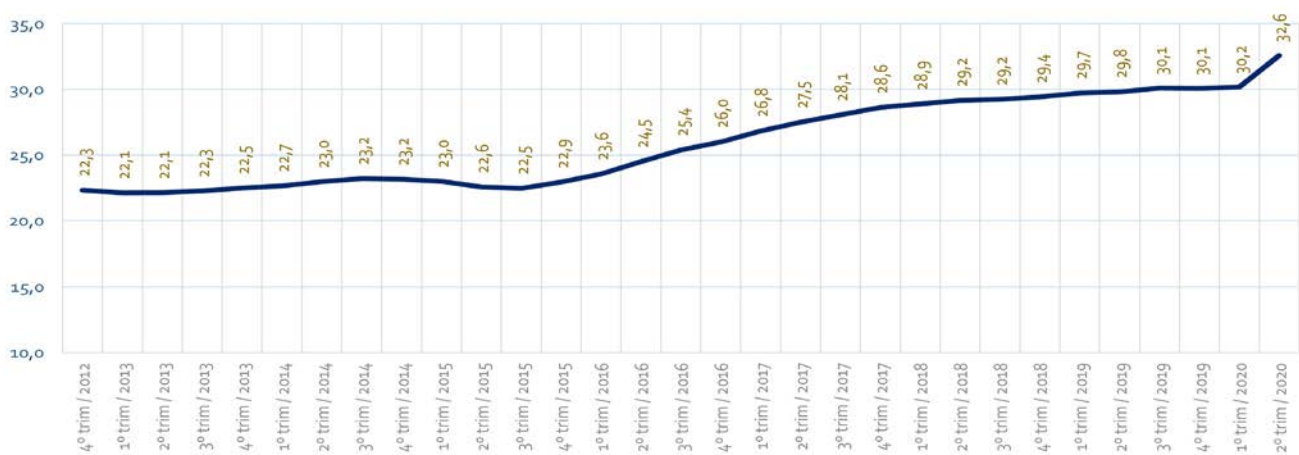


FIGURA 9: Média da razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

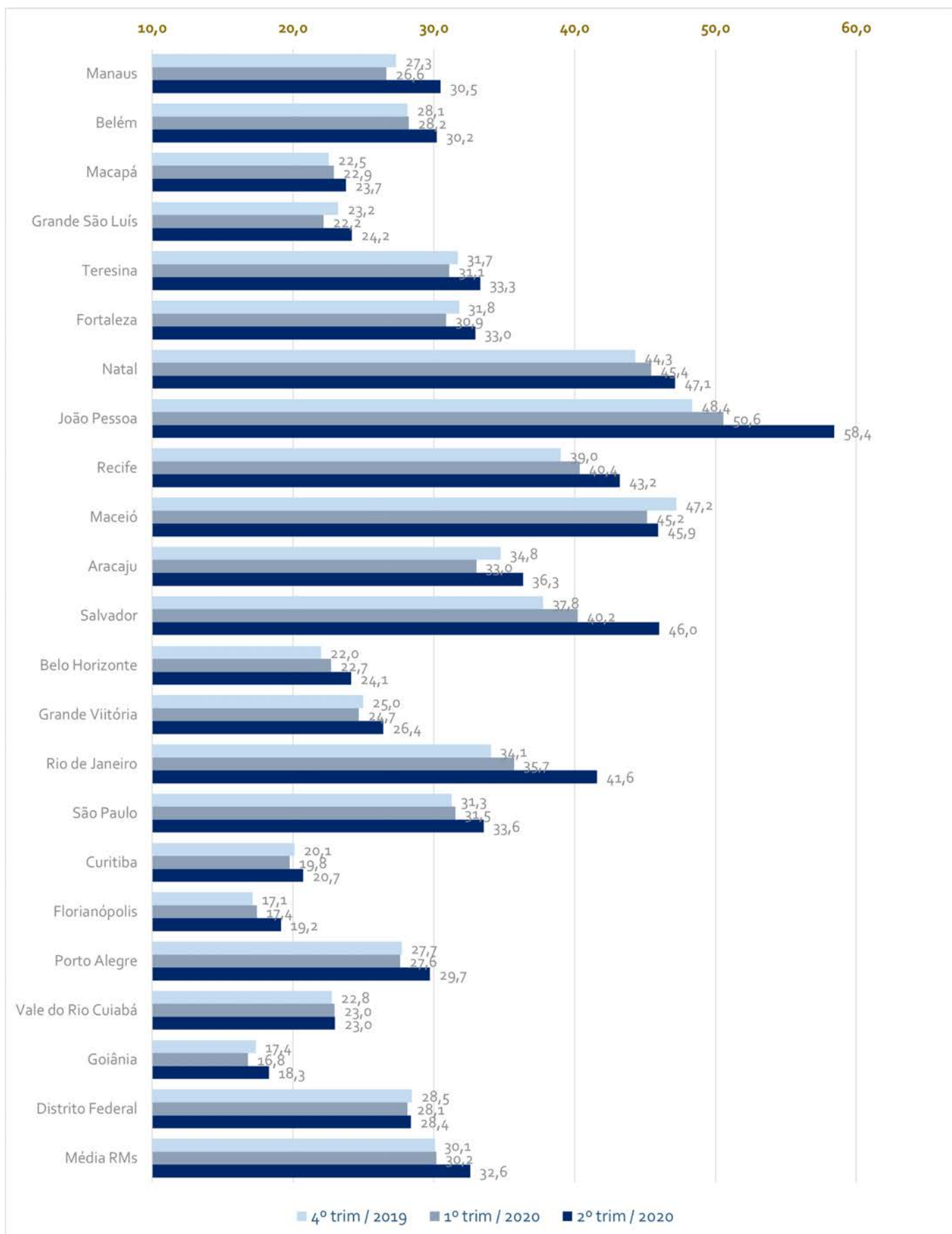


FIGURA 10: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição nos três últimos trimestres - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

04 VULNERABILIDADE RELATIVA

A vulnerabilidade relativa indica a parcela da população que tem um rendimento médio até a metade do valor da mediana específica de cada metrópole, que é o valor central na distribuição de rendimentos da população. Aqueles que auferem menos da metade do valor da mediana de sua respectiva metrópole estão definidos aqui como em situação de vulnerabilidade relativa. Desse modo, nos aproximamos da ideia de pobreza relativa, o que significa que uma pessoa considerada vulnerável em uma metrópole não necessariamente seria assim definida em outra – dependendo do perfil mediano de cada RM. Como não dispomos das informações sobre rendimentos de outras fontes, adotamos a denominação de vulnerabilidade relativa, em vez de pobreza relativa.

A vulnerabilidade relativa indica, então, os indivíduos que estão muito distantes de alcançar a renda do trabalho correspondente ao perfil mediano de sua respectiva metrópole. Portanto, são indivíduos para os quais os rendimentos provenientes do mercado de trabalho não permitem uma integração social razoável – e que nesse sentido podem ser tomados como vulneráveis. Do ponto de vista estatístico, a vulnerabilidade relativa reflete a distribuição dos rendimentos do trabalho na metade inferior da pirâmide de cada uma das RMs.

Na figura 11 está exposta a evolução da quantidade de pessoas e da parcela da população na situação de vulnerabilidade relativa para o conjunto das regiões

metropolitanas. O primeiro aspecto que se nota é o crescimento constante dos valores absolutos a partir de 2013 e dos valores relativos a partir de 2015, assim como o aumento brusco, relativo e absoluto, a partir de 2019. No 1º trimestre de 2015, eram 20.2 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade relativa, o que correspondia a 25.5% da população das metrópoles. No 1º trimestre de 2020 já tínhamos 23.5 milhões de pessoas nesta situação, correspondendo a 28.4% da população. E no último trimestre chegávamos 25.8 milhões de pessoas, ou 31.3% da população metropolitana. Ou seja, atualmente quase um terço da população residente nas RMs têm rendimento domiciliar per capita do trabalho inferior à metade do valor da mediana de sua respectiva metrópole de moradia.

Na figura 12 estão expostos os percentuais da população em vulnerabilidade relativa e sua variação no último ano, isto é, entre o 2º trimestre de 2020 e o mesmo trimestre do ano anterior. É possível perceber que o percentual da população em situação de vulnerabilidade relativa aumentou para todas as regiões metropolitanas, e em cinco delas esse percentual aumentou cerca de 5 pontos percentuais ou mais no ano: as RMs de Natal (de 31.8% para 36.6%), Salvador (de 29.9% para 34.9%), Rio de Janeiro (de 30.7% para 35%), Florianópolis (de 26.7% para 32.1%) e Porto Alegre (de 28.8% para 33%).

Analisando as regiões metropolitanas comparativamente, vemos que as maiores taxas de vulnerabilidade relativa

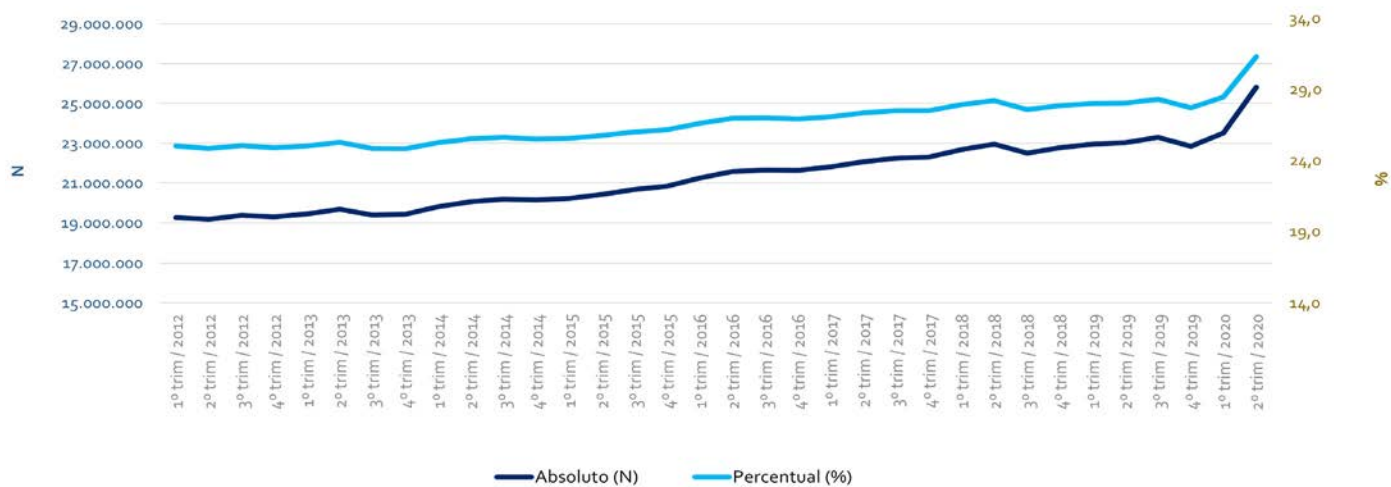


FIGURA 11: Evolução da vulnerabilidade relativa* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

atualmente se apresentam nas RMs de Natal (36.6%), João Pessoa (35.5%), Rio de Janeiro (35%), Salvador (34.9%) e Teresina (33.9%); e as menores taxas nas RMs do Vale do Rio Cuiabá (26.7%), Curitiba (27.6%), Goiânia (27.9%), Grande São Luís (28%) e Macapá (28.2%).

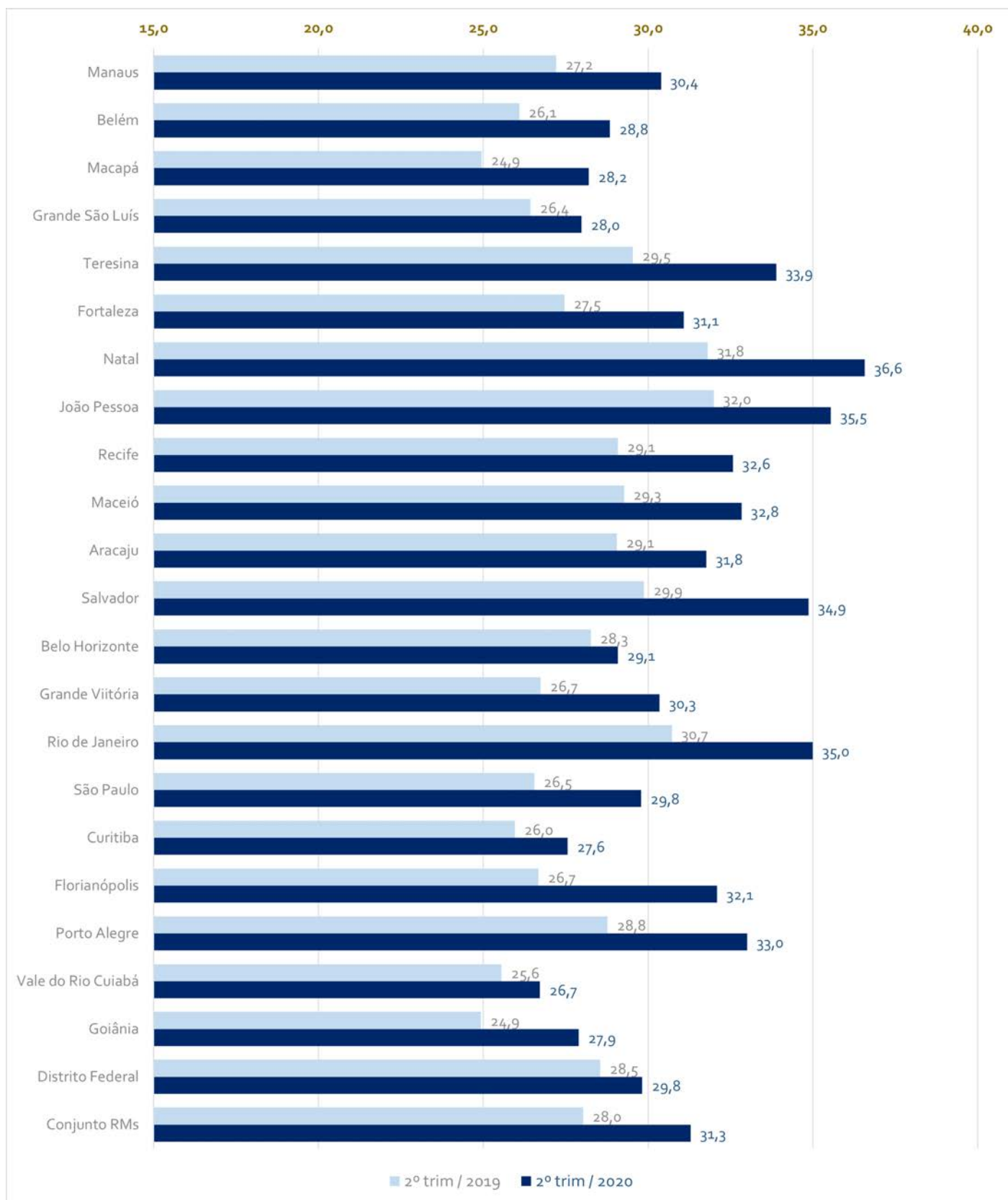


FIGURA 12: Vulnerabilidade relativa* no 2º trimestre de 2020 e no 2º trimestre de 2019 - Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

05 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: DESIGUALDADES RACIAIS

Conforme exposto na apresentação, este boletim pretende abordar, além das informações básicas, blocos complementares sobre alguns temas em cada trimestre, sendo nesse trimestre apresentadas informações sobre desigualdades raciais. A informação utilizada neste bloco complementar será o valor relativo (em percentuais) do rendimento médio dos negros em relação à média dos brancos. Portanto, quanto mais próximo de 100% maior a igualdade de rendimento entre brancos e negros. E quanto mais baixo o valor, maior a desigualdade racial.

Na figura 13 está exposta a média desse parâmetro para o conjunto das regiões metropolitanas – calculada a partir das médias móveis de quatro trimestres. No geral, o que verificamos é uma tendência de manutenção dos rendimentos relativos dos negros no interior das metrópoles. É importante destacar que os valores são bastante baixos, indicando que o rendimento domiciliar per capita dos negros é um pouco superior à metade do rendimento dos brancos apenas. Por exemplo, na média das RMs no 2º trimestre de 2020, os negros apresentam um rendimento médio correspondente a somente 57.4% do rendimento dos brancos.

Esses dados apontam, portanto, para um cenário de grande desigualdade racial na distribuição dos rendimentos em nossas metrópoles.

Na figura 14 estão expostos os valores dos rendimentos médio dos negros em relação ao rendimento médio dos

brancos para cada uma das regiões metropolitanas do Brasil, para o 2º trimestre de 2020, o 2º trimestre de 2019 e o 2º trimestre de 2018. Analisando os dados da média das regiões metropolitanas, se percebe que esse valor teve um pequeno aumento nos dois últimos anos (indo de 56.3% para 57.4%), indicando uma leve redução da desigualdade racial para a média das metrópoles.

No entanto, não é possível afirmar que esse é um fenômeno que se replica da mesma forma em todas as regiões metropolitanas. Em algumas delas os dados indicam um cenário de aumento gradual e constante da renda relativa dos negros nos últimos anos, como no caso de Manaus (de 43.9% para 61.1%), Teresina (de 53.7% para 60.6%) e Belo Horizonte (de 52.4% para 56.4%). Por outro lado, em metrópoles como Grande Vitória (de 54.8% para 51%), Rio de Janeiro (de 53.4% para 47.4%) e São Paulo (de 46.1% para 42.8%), os dados indicam uma tendência de aumento das desigualdades raciais.

Como pode ser verificado na figura 15, regiões metropolitanas de distintas regiões geográficas apresentaram os maiores rendimentos relativos para os negros no 2º trimestre de 2020: Macapá (73.1%), Florianópolis (70.6%) e Goiânia (70.4%), que são também as regiões que apresentaram níveis baixos de desigualdade de renda em geral. Por outro lado, as RMs de São Paulo (42.8%), Aracaju (46%) e Rio de Janeiro (47.4%) apresentaram os piores rendimentos relativo



FIGURA 13: Média do rendimento* relativo dos negros em relação aos brancos - Conjunto das Regiões Metropolitanas, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

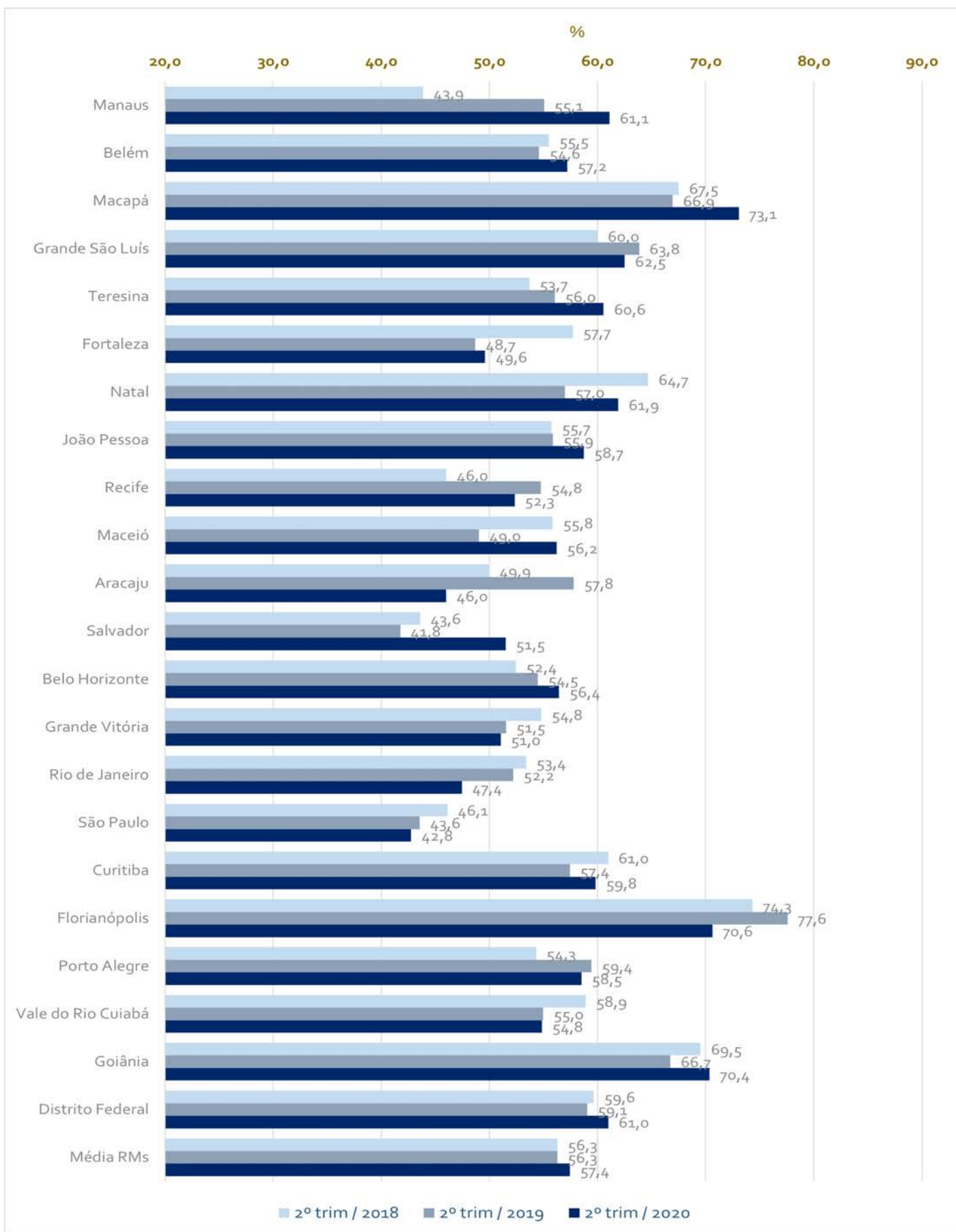


FIGURA 14: Valor dos rendimentos médios* dos negros em relação aos brancos no 2º trimestre de 2018, 2019 e 2020 - Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

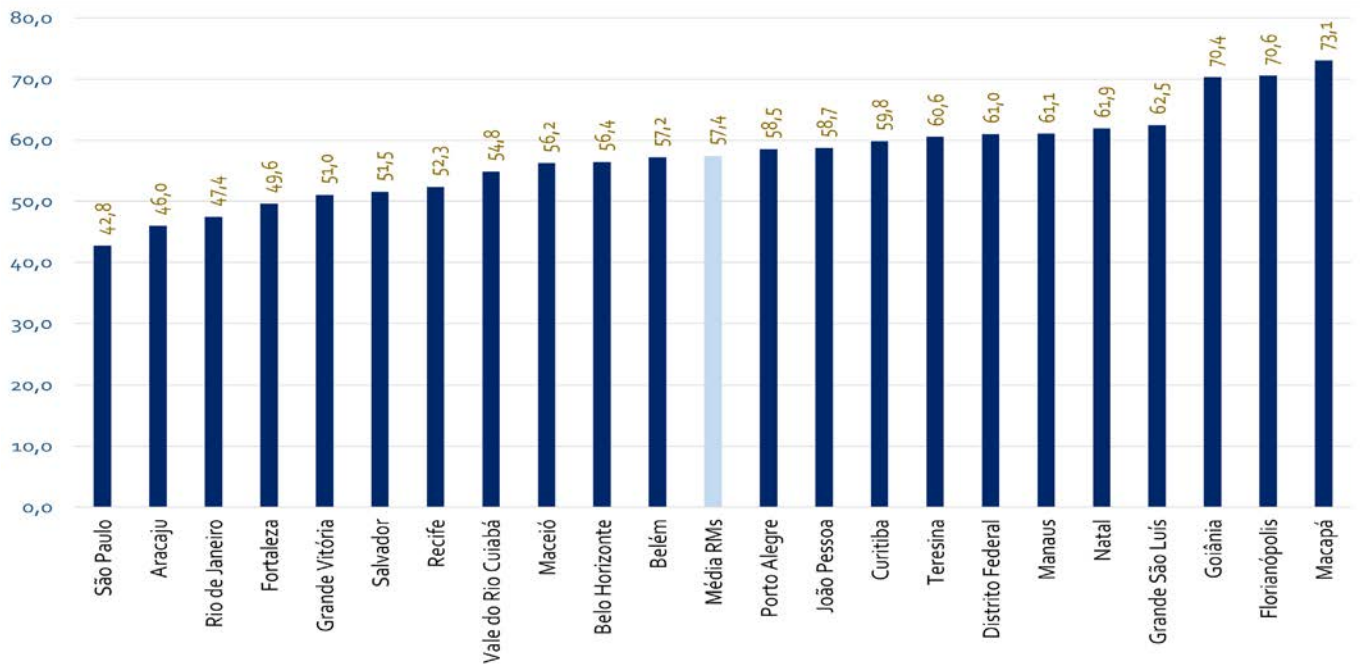


FIGURA 15: Valor dos rendimentos médios* dos negros em relação aos brancos no 2º trimestre de 2020 - Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2020 / IPCA).

para os negros no período. Os valores dessas últimas regiões metropolitanas são cerca de 20 a 30 pontos percentuais menores do que para aquelas em que o rendimento relativo dos negros é maior. Ou seja, mais uma vez as metrópoles se caracterizam por elevado grau de desigualdades internas e, ao mesmo tempo, por uma significativa variação entre elas.

PUCRS

